



Arquidiocese de Brasília indica candidato ideal

Para que um candidato possa merecer o voto dos eleitores cristãos deve ter "passado honesto e incorrupto", apresentar "testemunho de vida coerente com os valores cristãos", exercer uma prática social e política "seriamente comprometida com a luta pela justiça", não assumir compromissos "com quaisquer grupos privilegiados social ou economicamente", não fazer "investimentos exorbitantes" na campanha e, principalmente, não adotar "posições ideológicas incompatíveis com a fé cristã".

Todos esses requisitos estão relacionados no folheto de quatro páginas que a Arquidiocese de Brasília está remetendo, via postal, a todas as residências da cidade. O folheto ratifica as conclusões da CNBB a respeito da Assembleia Nacional Constituinte e aponta os perfis ideais de candidato e partido a serem escolhidos pelos cristãos no dia 15 de novembro.

POLÍTICA

No capítulo constitucional que trata da ordem política, prega a Igreja brasiliense, o candidato deve comprometer-se a construir uma sociedade em que cada cidadão seja co-responsável no empenho pela melhoria de condições pessoais e coletivas de vida. Deve, ainda, defender uma democracia política e economicamente participativa, "que leve o povo a ser sujeito de seu próprio e integral desenvolvimento e lhe dê instrumentos efetivos de participação nas decisões de interesse coletivo".

O candidato, para merecer o voto cristão, tem ainda, segundo as recomendações da Igreja, que aceitar como princípio fundamental que o Estado, sem prejuízo de sua função própria, seja "uma instância subordinada ao controle da sociedade, em vista do bem comum".

Já no capítulo da Ordem Social, o político deve comprometer-se a aprovar uma Constituição que "afirme e torne possível o respeito à dignidade e aos direitos de todos os cidadãos, como efetivamente iguais perante a lei". O direito fundamental à vida também deve constar da plataforma do candidato, "excluindo o aborto, a eutanásia, a esterilização, o controle artificial da natalidade, o genocídio, a tortura e toda forma permanente de miséria".

O respeito à "família indissolúvel e monogâmica" é outro compromisso exigido pela Igreja aos seus candidatos, assim como a reafirmação da liberdade religiosa para que cada cidadão possa agir e viver segundo a convicção de sua consciência. Da mesma forma, o candidato deve "dar preferência aos mais necessitados, superando-se assim as situações de pobreza absoluta".

ECONOMIA

Em termos econômicos, a Arquidiocese de Brasília quer que os seus candidatos aprovem projetos que "garantam aos trabalhadores a remuneração capaz de promover dignamente as necessidades básicas de sua pessoa e de seus dependentes". Espera que os cristãos eleitos constituintes rejeitem qualquer discriminação no acesso, remuneração e estabilidade no trabalho. Defende, ainda, o salário-desemprego e o reconhecimento do direito de greve como "forma legítima de ação sindical, embora como último recurso nas negociações trabalhistas".

Os "bens da terra", segundo reza o folheto eleitoral da Igreja, deve ter uma destinação universal, "para a realização e satisfação de todas as pessoas". Isto significa, como esclarece o documento, que pesa sobre a propriedade privada uma "hi-

poteca social". A reforma agrária também é defendida para "favorecer o acesso ao uso e à posse da terra rural e urbana".

ORDEM CULTURAL

Finalmente, o folheto aborda o capítulo constitucional referente à Ordem Cultural, onde recomenda candidatos que "apóiem o direito de todos à educação e o acesso à escola em todos os níveis, respeitando o direito da família e, por delegação desta, do poder público e das instituições escolares idôneas". Deve o candidato, ainda, aceitar o princípio do direito à educação religiosa escolar e reconhecer o direito à correta informação através dos meios de comunicação social, que por sua vez devem privilegiar a difusão dos valores culturais regionais e nacionais e a participação do povo, "preservando o bem comum da sociedade, a justa reputação, a privacidade das pessoas e a imagem das instituições e dos lares".

O panfleto da Igreja também recomenda que as paróquias e comunidades eclesiás de base promovam um trabalho de educação política através de cartilhas, programas de rádio e boletins, "convidando pessoas competentes que possam circular por várias regiões do País como instrumento de mobilização do povo no processo constituinte". Debates com candidatos para verificar a "confiabilidade" dos mesmos também são sugeridos.

Mas a participação da Igreja não deverá limitar-se à campanha eleitoral de acordo com o próprio folheto: "Ao longo da elaboração do texto constitucional haverá uma presença ativa da Igreja para influenciar nos debates. Isto com o objetivo de garantir o respeito aos valores cristãos, fidelidade às justas aspirações do povo e uma comunicação objetiva e honesta dos estudos em elaboração".